

O maestro: Afonso Arinos na liderança udenista (1952-1954)

The conductor: Afonso Arinos in the UDN leadership (1952-1954)

Ramonn Rodrigues Magri
Mestrando em História - UFSJ
ramonnrm@gmail.com

Recebido em: 23/04/2016

Aprovado em: 10/05/2016

RESUMO: Este trabalho examina a chegada de Arinos à liderança da UDN na Câmara e seus primeiros desafios na função. Depois de vencer uma série de resistências para chegar à liderança udenista, o político se tornou o regente da “Banda de Música”. O grupo combateu incansavelmente o governo Vargas no plenário. A fim de se afirmar no posto, o político defendeu o Acordo Militar com os EUA. Quando não foi possível vencer dentro das normas legais, o jurista Afonso Arinos chegou, inclusive, a jogar com as “soluções extraordinárias”, tão propaladas pela minoritária, contudo incômoda facção radical da UDN. A despeito de tudo isso, os udenistas ainda assim não conseguiram chegar ao poder.

PALAVRAS-CHAVE: Afonso Arinos, UDN, udenismo.

ABSTRACT: This article examines the arrival of Arinos leadership UDN in the parliament and his early challenges in the function. After winning a series of resistances to reach the UDN leadership, the political became the conductor of the "Music Band". The group tirelessly fought the Vargas government in plenary. In order to assert itself in the function, the political defended the military agreement with the US. When it was not possible to win within the current law, the lawyer Afonso Arinos came even to play with the "extraordinary solutions", as propagate the minority, however uncomfortable radical faction of the UDN. Despite all this, the UDN still failed to come to power.

KEYWORDS: Afonso Arinos, UDN, udenism.

A caminho da liderança

Em maio de 1952, com a morte de José Monteiro Soares Filho, o deputado Afonso Arinos assumiu a liderança de seu partido na Câmara Federal. O até então vice-líder, junto a

Êrnani Sátiro (PB) e Luís Garcia (SE), teve preferência devido à idade, à frequência na tribuna e, para ele, à “generosidade dos dois companheiros”. Mas no caminho havia obstáculos. Outros nomes também concorreram ao posto. Arinos estava na Europa quando soube que o então líder havia falecido. Informado por companheiros, que solicitavam seu retorno ao país a fim de assumir a liderança provisória da UDN, sugere que voltou ao Brasil contrariado. Sentia-se “um pouco enjoado”, pois sabia que teria de lutar para permanecer na posição. A ala dos “chapas-brancas” era a principal oponente.¹

Para Afonso Arinos, o governo Vargas se aproveitava da sensibilidade desses colegas diante do poder. Era um grupo que “dava trabalho”. A relação entre os “chapas-brancas” e o setor ao qual pertencia, o dos os “bacharéis”, porém, era de interdependência. Por um lado, os “chapas-brancas” necessitavam dos bacharéis para legitimarem suas manobras. Sendo assim, o tratamento, na esfera partidária, era cordial. Os bacharéis, por outro lado, careciam da ajuda dos chapas por conta de bases eleitorais que ofereciam vantagens em planos locais, o que o autor chama de “fundamentos municipalistas”. Segundo ele, a influência de João Cleófas, então ministro da Agricultura, fortaleceu os dissidentes:

Vargas, com seu feitiço, distribuindo favores e sorrisos, arrebanhara um número avultado de colegas para os seus arraiais. O pior era que vários, entre estes, eram meus amigos, inclusive alguns mineiros, como José Bonifácio, Monteiro de Castro e Alberto Deodato.²

A bancada decidiu aguardar a chegada de Arinos ao Rio de Janeiro para a escolha do líder. Nas disputas de bastidores, um dos que mais o defendia era o jornalista Carlos Lacerda³. Para evitar confrontos, o deputado foi ganhando tempo no Velho Continente. Informava-se pela imprensa e mantinha contato com amigos e, principalmente, com o filho Afonsinho. Somente em agosto desembarcou no Brasil. De imediato, percebeu que havia mais intriga no grupo mineiro. E foi justamente a esta bancada que seu destino foi entregue. A situação fora organizada, segundo ele, para lhe prejudicar, já que, em tese, não poderia ser líder de todos se não tivesse maioria entre seus conterrâneos. Entretanto o que importava era a maioria global, e esta o bacharel tinha. Arinos aceitou, porém, as condições que lhe foram apresentadas. Ainda assim, tenta mostrar que hesitou. Declara que se não tivesse a confiança de seus conterrâneos, não teria “condições

¹ ARINOS, Afonso. *A Escalada*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, p. 204.

² _____. *A Escalada*, p. 204.

³ Que, em seu jornal, sustentava o nome de Arinos para a liderança do partido, não poupando elogios ao colega: “só ele pode, no momento, liderar a UDN, não apenas pelas suas qualidades pessoais, como pela sua posição política, como, ainda, porque é, sendo o primeiro vice-líder na lista da UDN, aquele que deve, como primogênito, receber a herança de Soares Filho”. *Tribuna da Imprensa*, 10/07/52, p. 3.

morais” de liderar a UDN e que não compareceu à reunião dos mineiros na casa de Leopoldo Maciel – seu amigo, mas opositor na situação – para não pressioná-los.⁴

Na mesma noite ocorria sessão na Câmara. Líder interino, Arinos era informado por telefone sobre as discussões que decidiam seu futuro. De repente, Flores da Cunha, “sem qualquer combinação”, ofereceu-lhe uma oportunidade de abordar o assunto. O “velho gaúcho” foi à tribuna falar sobre o inquérito do Banco do Brasil e acabou criticando os interesses que dividiam a UDN. Declarou-se favorável à escolha de Afonso Arinos e ainda se mostrou especialmente irritado com José Bonifácio, o “Zezinho”, maior concorrente do bacharel entre os “chapas-brancas”. “Os partidos adversários seguiam divertidos aquele torneio, jubilosos com a desagregação udenista”, destaca. Aproveitando o momento, Arinos subiu à tribuna assim que Flores da Cunha encerrou sua intervenção. Salientando a “cisão da UDN” e “fracasso do seu líder”, seu discurso objetivava provocar tanto colegas quanto adversários. Os primeiros, em função do “fogo amigo”, os demais para que se sensibilizassem diante da “injustiça”.⁵ E os alvos foram atingidos. Para constrangimento dos udenistas, a bancada do PSD aplaudiu Arinos. Os adversários agora lhe eram simpáticos. Faltava conquistar os companheiros, sobretudo os de Minas Gerais, foco da divisão. A estratégia que adotou para amenizar o conflito, como bom diplomata, foi lançar indiretas e diminuir o problema. Dirigindo-se ao companheiro Flores da Cunha e a Nereu Ramos, presidente da casa, mirava os colegas ausentes:

Já que a coisa chegou a este terreno, já que o nobre representante gaúcho apelou para o meu nome, citei nominalmente a minha referência expressa à minha posição, devo dizer de público que não me sentirei em nada diminuído, em nada amesquinhado e em nada desprestigiado, se a bancada da União Democrática Nacional escolher o Sr. José Bonifácio ou outro de seus membros para a liderança. A posição em que me coloco é apenas a de não poder aceitar que esta decisão se verifique, sem um pronunciamento expresso, categórico, firme e claro desta mesma bancada, caso se faça necessário, porque, Sr. Presidente, tenho explicado aos meus amigos e aproveito, a contragosto, a oportunidade para explicar à Nação que não sou candidato à liderança da UDN; sou um dos líderes da UDN.⁶

Embaraçados, os udenistas no plenário se viram obrigados a aplaudir a declaração. Enquanto Arinos falava, “jornalistas amigos” repassavam trechos de seu discurso aos mineiros reunidos. Pouco depois, veio a definição. O próprio “Zezinho” declarou apoio ao colega. Daí em diante o caminho estava praticamente livre. Ainda na mesma sessão, Ernani Sátiro opinou em nome de Luís Garcia, que estava fora do país, favoravelmente a Arinos. Este se dizia confiante,

⁴ ARINOS. *A Escalada*, p. 205.

⁵ *Anais da Câmara dos Deputados*, 28/08/52, p. 481-482.

⁶ *Anais da Câmara dos Deputados*, 28/08/52, p. 483-484.

pois também contava com o apoio das duas personalidades mais prestigiadas do partido, o Brigadeiro Eduardo Gomes e Otávio Mangabeira. Orgulhoso, Arinos sugere que a conquista seria fruto da própria retórica: “a liderança estava consolidada, por um daqueles caprichos habituais da política. Consolidada talvez mais pelo discurso improvisado na sessão noturna, do que pela dedicada atuação de tanto tempo. Inconstância, teu nome é política...”⁷.

O deputado adverte que a tarefa de líder da UDN e, por tabela, da minoria, não seria fácil. Teria que defender com vigor a oposição contra o governo. No quadro partidário geral, o PSD estaria politicamente entregue e a importância do PTB se reduziria ao próprio Getúlio⁸. Já no contexto “doméstico”, seria preciso entender a conduta dos “chapas-brancas”, uma vez que ofereciam sustentação em bases locais. Para isso, admite que os “favores” da situação eram “desejáveis”.

Cultura política, história e partidos

Após o descrédito com que fora visto por toda uma geração de historiadores durante boa parte do século passado, quando as dimensões econômica e social ocuparam um lugar privilegiado em certa concepção de história, o campo da política se viu tomado, nas últimas décadas, pela rediscussão de seus paradigmas, conceitos e metodologias. O “retorno” da história política operou-se pela ampliação das fronteiras que a delimitavam, “incorporando novas dimensões e abrindo espaço para o surgimento de novos objetos de estudo”⁹. O intercâmbio com a ciência política foi o âmago dessa “volta”, possibilitando a expansão constante de estudos sobre eleições, grupos de pressão, mídia, partidos políticos e relações internacionais.

Observando o contraste entre a “velha” e “nova” história política, percebemos que a compreensão mais ampla da noção de “poder” redefiniu os sentidos do político. Os objetos do campo passaram a ser tudo o que fosse permeado pelo poder, “e não mais exclusivamente de uma perspectiva da centralidade estatal ou da imposição dos grupos dominantes de uma sociedade”¹⁰. Sem deixar de lado os objetos de estudo já tradicionais da “velha história política”, a mudança permitiu interfaces com as histórias cultural, econômica, do imaginário e,

⁷ARINOS. *A Escalada*, p. 208.

⁸ “Era apenas um dispositivo político a serviço das obscuras intenções do seu chefe. E este chefe se revelara no pleito o maior líder popular que o país já conhecera. Em resumo, tudo dependia das intenções de Vargas, mas estas, como sempre, permaneciam nebulosas.” ARINOS. *A Escalada*, p. 185.

⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 267.

¹⁰ BARROS, José D’assunção. História política: da expansão conceitual às novas conexões interdisciplinares. *Opvis*, Catalão, v. 12, n. 1, 2012, p. 32.

principalmente, com a social. Em nenhum momento o político ausentou-se da historiografia, apenas “deixou de ocupar o centro das atenções nos estudos sobre as sociedades humanas no tempo em favor de outras instâncias do social”, tratando-se, portanto, não do retorno, mas da renovação desse campo histórico.¹¹

É no bojo dessa renovação com conexões intra e interdisciplinares que emergiu um novo objeto e, ao mesmo tempo, um novo quadro conceitual para a história política: a “cultura política”. Esta reúne as histórias política e cultural combinando perspectivas da sociologia, da antropologia e da psicologia, o que enriquece um panorama antes “somente histórico”. Já acerca da categoria cultura política, historiadores como Jean-François Sirinelli e Serge Berstein se dedicaram a reelaborá-la. Para o segundo, especialmente, trata-se de:

Um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreitas relações uns com os outros, tendo por componentes fundamentais uma “base filosófica ou doutrinal”, frequentemente colocada à disposição da maior parte de seus participantes, uma leitura comum do passado histórico, uma visão institucional que se traduz através de uma organização política, uma concepção de sociedade ideal, um discurso codificado com vocabulário próprio, além de ritos e símbolos que estabelecem um plano para a cultura política em questão.¹²

Tal definição é particularmente importante para o objeto deste artigo porque auxilia o historiador interessado no problema fundamental das intenções do político. Nessa direção, as culturas políticas e seu estudo servem para “compreender as motivações que levam o homem a adotar este ou aquele comportamento político”¹³; bem como descobrir as origens e escolhas dos indivíduos por meio do discurso, dos argumentos e do gestual, estabelecendo, conseqüentemente, “uma lógica a partir de uma reunião de parâmetros solidários, que respeitam ao homem por uma adesão profunda”¹⁴.

Aplicando a categoria, tem-se a perspectiva de “resgatar o político através do estudo da tradição, das sobrevivências, das continuidades que atravessam a ideologia dos governantes, o pensamento político e a mentalidade comum”¹⁵. Sendo assim, podemos apontar quatro pressupostos básicos ao entendimento do historiador francês: as culturas políticas ocupam um lugar particular no espaço que a historiografia reserva hoje ao fenômeno cultural; o campo de

¹¹ BARROS. História política. p. 30. Para uma abordagem sobre essa renovação, ver: RÉMOND, René. Uma história presente. In: _____ (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 13-36.

¹² BARROS, José D’assunção. *Op. Cit.* p. 36.

¹³ BERSTEIN, Serge, Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 359.

¹⁴ _____. *Cultura Política*. p. 362.

¹⁵ FERREIRA. A nova “velha história”. p. 269. Considerações importantes sobre o assunto estão em MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____ (org.). *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 13-37.

aplicação delas, entretanto, inscreve-se no político; em determinadas circunstâncias históricas, uma cultura política pode se tornar dominante frente às demais; e por último, mas não menos importante, o fato de serem resultantes de uma multiplicidade de fatores, não constituindo, portanto, uma mensagem unívoca.¹⁶

Também vêm ao encontro do enfoque temático aqui proposto a retomada do interesse da historiografia pelo estudo dos partidos políticos. A respeito do poder no interior das agremiações, um dos problemas-chave é saber quem de fato o detém. Já sobre a base doutrinária e ideológica de um partido, “para a maioria dos membros, [...] não é algo evidente. Na maioria dos casos, é sob a forma de uma cultura política difusa que a ideologia se impõe aos membros de uma formação”¹⁷. Outro aspecto fundamental é o papel decisivo dos partidos, especialmente os do “Terceiro Mundo”, na seleção das elites políticas, mobilização das massas, difusão das ideologias e, sobretudo, na estruturação social.

A defesa intransigente do Acordo Militar

O primeiro grande desafio do novo líder da minoria foi se posicionar a respeito do Acordo Militar Brasil – Estados Unidos, assunto que dividia opiniões tanto no governo como na oposição. Também entre as Forças Armadas a questão gerava muitas controvérsias. Ainda no início do mandato de Vargas, os norte-americanos propuseram um acordo secreto, nas condições do de 1942, priorizando as defesas interna e do continente e a organização de tropas para envio à Guerra da Coréia, ou onde fosse preciso, sob tutela da ONU.¹⁸ Destarte, no início de 1952, os EUA enviam uma comissão ao Rio de Janeiro para negociar. O governo brasileiro, por sua vez, nomeia um grupo integrado por Góes Monteiro e outros chefes militares e um corpo diplomático liderado pelo chanceler João Neves. Era grande a expectativa em torno das discussões e prováveis consequências do Acordo. A atmosfera da Guerra Fria polarizava os debates em torno da questão.¹⁹

¹⁶ DUTRA, Eliana de Freitas. História e culturas políticas – definições, usos, genealogias. *Varia História*. Belo Horizonte, n. 28, 2001, p. 25-26.

¹⁷ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 88.

¹⁸ Em abril de 1951, durante a IV Conferência de Chanceleres Americanos, o representante brasileiro, João Neves da Fontoura, inicia conversações com os norte-americanos reivindicando mais auxílio militar ao Brasil. O evento foi convocado pelos Estados Unidos em função da crise em torno da entrada da China na Guerra da Coréia. ALVES, Vágner Camilo. Ilusão desfeita: a “aliança especial” Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial. *Revista brasileira de política internacional*, Brasília, v. 48, n. 1, 2005, p. 21.

¹⁹ D’ARAÚJO, Maria Celina. *O Segundo Governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. São Paulo: Ática, 1992, p. 171-172.

A relação entre governo e militares oscilava. Embora tivesse recebido apoio dos setores nacionalistas das Forças Armadas na campanha de 1950, sobretudo por conta das posições a respeito do petróleo, Getúlio se distanciou da maior parte dos chefes militares quando começou a discussão em torno do Acordo e de suas implicações. Naquelas circunstâncias, as dificuldades econômicas não permitiam que o país se envolvesse num conflito internacional. A recuperação financeira era prioridade. Partindo da resolução dos problemas internos é que se poderia pensar em alternativas de preparação militar. Sendo assim, a colaboração mais viável seria fornecer minerais para as tropas da ONU. Com esse intuito, a “Missão Góis Monteiro” deveria solicitar ajuda financeira imediata junto aos EUA para equipar sua força expedicionária e, em contrapartida, o Brasil enviaria matéria-prima estratégica para as Nações Unidas e participaria da defesa da América do Sul, tendo a prerrogativa de defender seu próprio litoral.²⁰

Assim, as negociações foram conduzidas por Góis Monteiro e, principalmente, João Neves da Fontoura. O Gal. Estillac Leal, Ministro da Guerra, no entanto, foi colocado em segundo plano. Contrário à medida, o líder da corrente nacionalista das Forças Armadas era acusado pelos colegas de favorecer a infiltração comunista e a indisciplina nos quartéis. Em 15 de março, o embaixador estadunidense e o chanceler brasileiro assinaram o Acordo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos, que só vigoraria após a aprovação do Congresso. Irritado com a medida e não suportando as pressões dos colegas conservadores, como o Gal. Zenóbio da Costa, Estillac se demite. O ex-ministro alegou que sequer teve acesso ao documento aprovado. Em seu lugar, o presidente nomeou o Gal. Espírito Santo Cardoso, adversário dos nacionalistas. Ao mesmo tempo, João Neves articulava para que as exportações de minério do Brasil e o retorno financeiro dos Estados Unidos saíssem do papel o mais rápido possível. Já no mês de abril, o projeto do Executivo sobre o Acordo chegava à Câmara dos Deputados.²¹

Dois dos maiores interessados na aprovação do pacto intercederam junto a Afonso Arinos: o Brigadeiro Eduardo Gomes e próprio ministro Fontoura. O militar, defensor do alinhamento incondicional com os EUA, queria o aparelhamento e o *know-how* que os americanos ofereceriam para aprimorar as Forças Armadas. Os motivos do segundo também eram de “solidariedade continental”, além de outros que explicou a Arinos numa conversa particular:

²⁰ D'ARAÚJO. *O Segundo Governo Vargas 1951-1954*, p. 170-171.

²¹ Acusado de “entreguista”, João Neves era quem mais cobrava urgência na tramitação. O ministro buscou apoio de diversos parlamentares para que a votação fosse aprovada sem delongas. Pediu a Gustavo Capanema, líder da maioria, que evitasse emendas. Chegou, inclusive, a solicitar que Dutra orientasse seus amigos militares no Congresso. _____. *O Segundo Governo Vargas 1951-1954*, p.172.

Neves deu-me a entender que o Presidente Vargas, por temperamento, para não desgostar certas alas do PTB e por uma espécie de má-vontade que nunca perdera para com os Estados Unidos não empenharia nunca o prestígio do governo na defesa do tratado. Confiante na minha amizade e ciente do empenho com que eu acompanhava os assuntos do continente (preparava, então, a biografia de meu pai), o chanceler solicitava minha ajuda, como líder da oposição.²²

O deputado aceitou, então, a “incumbência”. Justifica que concordava com o Acordo e que este também viria ao encontro da opinião de Eduardo Gomes, o “chefe espiritual” da UDN. A partir daí, começou a se informar sobre o clima dentro partido. A maior parte dos colegas, naturalmente, era favorável. Entre os contrários, destacavam-se os deputados Bilac Pinto e Rafael Correia. O primeiro, correto e suave, “mas extremamente exaltado de temperamento”, não concordaria em apoiar a situação e apontava erros técnicos no texto do projeto; Correia teria simplesmente “muita desconfiança dos Estados Unidos”. Subestimando os colegas, Arinos reduz os argumentos deles contra o projeto que abraçou a meros instintos oposicionistas.²³

Relatando o caso doze anos mais tarde, Arinos teria percorrido, de acordo com o tom de suas palavras, uma linha tênue durante os meses em que defendeu a causa. Não podia revelar – “a não ser aos mais íntimos” – os apelos que recebeu e tinha que agir rápido e com cuidado. Segmentos militares o pressionavam, quer por razões ideológicas, quer para receberem o quanto antes os equipamentos, “mal disfarçando resmungos e veladas ameaças”. Mas o pior mesmo seria sua posição no quadro político-parlamentar. Recém-chegado à liderança da minoria, sustentava um projeto do governo “em matéria altamente controversa”. Arinos compareceu a reuniões de parlamentares, no Itamarati, convocadas por João Neves. Nessas ocasiões, admite, sem constrangimento, que a maneira que encontrou para ajudar o amigo chanceler era jogar com “cartas marcadas”. Discutia aspectos do projeto que aparentemente contestava, mas que já tinham sido previamente acordados entre eles.²⁴ A maior dessas “desavenças” era a respeito da “Lei de Segurança Mútua”, determinação norte-americana de 1951 que pautava o acordo com o Brasil. Baseando-se nisso, os maiores opositores do projeto alegavam que a medida era inconsequente por criar a obrigação de se cumprir uma lei aprovada nos e para os Estados Unidos.²⁵ Arinos reconhece que o argumento procedia. Pressionado, no entanto, pelos lados com que tinha se comprometido, recusou até mesmo uma emenda de Bilac Pinto que atenuaria a questão. Tentando se explicar, o bacharel deixa claro o que para ele era mais importante:

²² ARINOS. *A Escalada*, p. 237.

²³ ARINOS. *A Escalada*, p. 237-238.

²⁴ _____. *A Escalada*, p. 238.

²⁵ D'ARAÚJO. *O Segundo Governo Vargas 1951-1954*, p.173.

Eu me opus, não por motivos doutrinários, pois aceito a emenda a tratados, mas porque receava a péssima repercussão que a enorme demora causada pela reabertura de negociações, forçada pela emenda, criaria nas forças armadas, inclusive na Aeronáutica, que era o setor udenista delas.²⁶

Assim, para evitar a morosidade de um acordo devidamente negociado e obter “os mesmos resultados práticos”, sugere a João Neves “uma espécie de reserva interpretativa”, segundo a qual o Brasil aceitaria a menção à lei estadunidense exclusivamente para objetivos que constassem no texto do tratado. O ministro aceitou a proposta e rapidamente informou Gustavo Capanema.²⁷

Rafael Correia, jornalista, denunciou em sua coluna as barbaridades contidas no texto ao longo de toda a tramitação. Lamentando a “estúpida” assinatura do acordo com os Estados Unidos, criador de uma série de obrigações incompatíveis com a soberania do Brasil, defendeu com veemência, sobretudo nos momentos finais, maior discussão acerca dos pontos em que o país se comprometeria. “Teremos uma repetição das vergonhosas concessões e ajustes da última guerra?”, indagou. Quando Arinos finalmente apresenta alguma sugestão – projeto que regulava a remessa de tropas para o exterior –, Correia percebe de imediato o objetivo do colega. Ressaltou que a proposta não tinha consistência, já que apenas exigia o pronunciamento do Congresso para a aplicação de uma cláusula, o que não influiria na substância do tratado. Não seria nada inovador, somente um desvio no foco do ponto mais duvidoso da questão: a influência, aqui no Brasil, da referida “Lei de Segurança Mútua”. Nesse sentido, constatou: “o projeto de Afonso Arinos [...] é inócuo e tem um efeito sedativo que pode amortecer a vigilância do Congresso em relação a outros aspectos do acordo”²⁸. Nota-se, pela contundência, que a postura de Correia ia um pouco além de apenas “intriga da oposição”.

Em 5 de dezembro, num longo discurso, Arinos fez o que chamou de a “defesa mais séria que o tratado teve em toda a sua tramitação”²⁹. As sessões do dia foram agitadas. Parlamentares contrários e favoráveis à matéria entraram em discussões tão acirradas que quase chegaram às vias de fato. Quando os ânimos se acalmaram, o udenista Tenório Cavalcante se destacou entre os que rejeitavam o pacto. Era “uma forma de pressão imperialista e uma tentativa de nos reduzir à situação de colônia”, afirmou o deputado. À noite, ignorando este e vários outros argumentos, Arinos declarou, em tom protocolar, que apenas respeita as “poucas

²⁶ ARINOS. *A Escalada*, p. 238.

²⁷ _____. *A Escalada*, p. 238.

²⁸ *Diário de Notícias*, 29/10/52, p. 3-4; 02/11/52, p. 5; 06/11/52, p. 4; 16/11/52, p. 3-4.

²⁹ ARINOS, Afonso, 1965, p. 239.

exceções”, mas a intenção de seu partido é aprovar a matéria e que neste como em qualquer assunto, a UDN agia “com absoluta boa-fé e sob a inspiração do amor à pátria”³⁰. E o reconhecimento não tardou: “quando me encontrei com João Neves em Lima, ainda em dezembro daquele ano [...], ouvi do ministro que eu salvara o tratado”³¹.

Contra as emendas apresentadas por Bilac Pinto, Arinos proferiu outro longo discurso no dia 12 de fevereiro, em mais uma sessão conturbada. Foi sua última manifestação sobre a matéria. Na ocasião, os parlamentares que questionaram sua aguerrida defesa do acordo “se uniram aos comunistas”. Osvaldo Orico (PSD) e Hélio Cabal (PR), que não eram contrários ao projeto, mas “hostis a João Neves”; Lúcio Bittencourt, “por uma espécie de radicalismo demagógico” e o próprio Bilac, por ser amigo de Bittencourt ou “por dureza oposicionista, convencido, talvez, de que não ficava bem à UDN defender um projeto do governo”. A CCJ liberou as emendas e o próprio Arinos reconheceu a legalidade delas. Mas não as aprovaria. “Conveniência política”, eis o eufemismo com que justifica o veto: “tal como o Brigadeiro, parecia-me que a conveniência do país estava na aprovação do projeto”³².

Durante sua fala no plenário, Arinos fez colocações evasivas e ignorou as emendas de seu colega de bancada. Começou “lamentando profundamente” ter que discordar das emendas do “ilustre companheiro”, aventando, inclusive, a fidelidade partidária deste. E prosseguiu: “ele [o tratado] corresponde, segundo informações concretas e autorizadas que nos foram propiciadas, a necessidades inadiáveis do nosso aparelho militar...”; não devendo, por isso, ter sua consolidação “retardada, tumultuada, quiçá tornada impossível” por emendas de “nenhum interesse relevante ou essencial”, conclui.³³ Bilac, Cabal e Orico intervieram. Com o primeiro, em especial, a discussão não era fácil, “pois se situava no plano jurídico e político”, reconhece. Os demais, segundo Arinos, teriam se esforçado, “sem êxito”, para contra-argumentar.³⁴ Não é o que revelam, porém, os anais. Orico aponta uma das contradições de Arinos, que meses antes apresentou projeto regulando envio de tropas ao exterior, mas se mostrava “infenso e hostil” a uma proposição da mesma natureza apresentada nas emendas de Bilac; lembra, a seguir, um pressuposto que seu interlocutor havia “esquecido”, o de que no exame e interpretação dos tratados a tendência é sempre prevalecer o entendimento dos que o elaboram. Cabal, por sua vez, argumentou que as condições eram apropriadas a um acordo coletivo, e não bilateral; na

³⁰ *Diário Carioca*, 06/12/52, p. 3.

³¹ ARINOS. *A Escalada*, p. 240.

³² ARINOS. *A Escalada*, p. 251.

³³ *Anais da Câmara dos Deputados*, 12/02/53, p. 102-109.

³⁴ ARINOS. *A Escalada*, p. 251.

sequência, qualificou a exposição de Arinos de “arrazoado”, o que o irritou.³⁵ Ao longo de várias horas de debate, somente dois udenistas, Artur Santos e Alberto Deodato, manifestam-se a favor do desconcertado Arinos – “ambos, felizmente, juristas prestigiosos”, orgulha-se. A despeito da resistência dos nobres colegas, o líder votou, “com sincero desprazer”, pela UDN, contra as emendas que adiariam ou renegociariam a questão.³⁶

Ratificado, por fim, no mês seguinte, o acordo determinava a venda de minério brasileiro aos Estados Unidos em condições vantajosas para os americanos. Durante toda a tramitação houve intenso debate, principalmente nas hostes militares. As conjunturas nacional (“entreguistas” contra “nacionalistas”) e internacional (blocos capitalista e socialista) polarizadas, revestiam de forte teor ideológico a questão da segurança nacional. Combatido inclusive por quadros do governo, o pacto refletiu fundamentalmente a instabilidade das alianças políticas e militares de Vargas.³⁷

Regendo a “banda de música”

No segundo semestre de 1952, a estratégia política de Vargas era de conciliação, buscando o apoio do maior número possível de setores, inclusive da UDN. Diante disso, Arinos teve algumas oportunidades de dizer qual seria a reação do partido. Uma delas foi no início de outubro. Respondendo a um discurso do presidente, o deputado quis apresentar a postura mais adequada para a oposição. Sua fala, porém, não repercutiu como esperava entre alguns de seus pares. Getúlio enfatizou a necessidade de uma grande reforma administrativa e pediu a união de todos os partidos. A oposição, segundo ele, tinha deveres para com a democracia. Entre eles estariam a colaboração e o entendimento face aos problemas nacionais. Ponderava, contudo, acerca do caráter de tal ajuda: “colaboração não implica servidão, nem importa em abdicação”³⁸.

Entre os antigetulistas exaltados o apelo soou como ameaça. Poucos dias após o discurso de Vargas, e antes mesmo da deliberação da UDN, já vociferavam que os udenistas como um todo não acreditavam na sinceridade do presidente. Carlos Lacerda assegurou que a resposta do partido seria um categórico “não”, desqualificando até a opinião do chefe máximo da agremiação, que havia condenado um posicionamento inflexível: “a entrevista do Sr. Odilon Braga não

³⁵ *Anais da Câmara dos Deputados*, 12/02/53, p. 103-105; 107-108.

³⁶ ARINOS. *A Escalada*, p. 251.

³⁷ D'ARAÚJO. *O Segundo Governo Vargas 1951-1954*, p. 180.

³⁸ *Correio da Manhã*, 04/10/52, capa.

representou o pensamento oficial do partido. Foi, apenas, um pronunciamento pessoal, mais de doutrinador que de político”³⁹.

Arinos aguardou a reunião do diretório para se manifestar. No dia seguinte à deliberação, subiu à tribuna da Câmara. Em seu discurso, sinalizou que a UDN acolheria a proposta de reforma administrativa do governo. Ora interrompido por apartes, ora por aplausos, elencou as razões que os levaram a atender a solicitação de Vargas, ressaltando diversas vezes, porém, que a atitude não implicaria na quebra do que fora determinado na convenção nacional mais recente do partido: manter-se como oposição. O presidente, segundo Arinos, ao incluir seus adversários num projeto de governo, teria surpreendido positivamente a nação. Por isso os udenistas se empenhariam pela reforma administrativa, mas desde que ocorresse em clima absolutamente democrático. Tal ressalva se explicava num sutil “elogio” a Vargas: “homem verdadeiro, coerente, nunca dissimulou suas inclinações antidemocráticas”. Não faltaram citações poéticas, comuns em seus discursos. Neste, destacou-se uma de Schiller: “pensar é fácil, agir é difícil, agir segundo o pensamento é quase impossível”. O deputado reiterou, por fim, a disposição de seu partido em auxiliar o país, todavia no papel de oposição, dentro dos “preceitos da liberdade” e dos critérios “moral” e “legal”.⁴⁰

Conforme os registros do Congresso, o orador desceu da tribuna sob longa salva de palmas e recebendo muitos cumprimentos. Mas nem todos no plenário o aplaudiram. Arinos sentiu imediatamente as restrições da “ala mais radical”, que, aliada estrategicamente aos “chapas brancas” – opositores de seu acesso à liderança –, espalhava “comentários desfavoráveis”⁴¹. Nos dias seguintes, o jornal cujo slogan era “diz o que pensa porque pensa o que diz” tentou desconstruir a fala do líder da minoria. Primeiro, dando manchete à declaração de Odilon Braga no sentido de que a UDN se manteria inflexível na linha de oposição. O mesmo número também reproduziu uma entrevista de Afonso Arinos interpretando seu próprio discurso. Ele negou ter sido uma prova de adesão, como muitos nas galerias do plenário, sobretudo da situação, haviam entendido. Na edição seguinte, o periódico lamenta a impressão ruim, “desoladora”, que as declarações de Arinos, num “dia infeliz na tribuna”, deixaram no partido e ameaçou: a “brigada de choque” da UDN na Câmara, formada pelos deputados Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, Ernani

³⁹ *Tribuna da Imprensa*, 06/10/52, capa. Este veículo divulgava as ideias do grupo político de seu proprietário, diretor e editor. Uma análise disso pode ser encontrada em: DELGADO, Márcio de Paiva. *O Golpismo Democrático: Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

⁴⁰ *Anais da Câmara dos Deputados*, 09/10/52, p. 154-168.

⁴¹ ARINOS. *A Escalada*, p. 213-214.

Sátiro e Herbert Levy, reagiria desencadeando uma ofensiva contra o governo, que recebeu o pronunciamento da oposição com euforia.⁴²

Relendo seu discurso mais de uma década depois, o então deputado concorda com tudo o que havia dito, sem restrição alguma. Era, para ele, a postura mais correta da oposição naquelas circunstâncias: “o presidente apelava corretamente para o Congresso e para os partidos, e uma agremiação legalista como a UDN não poderia vacilar”. Sua intenção, portanto, era participar da administração de Vargas, mantendo, porém, a “independência política” e a “vigilância democrática”. Quanto às críticas dos radicais, Arinos atribui seu papel de vítima da situação a um traço da própria personalidade. Era o preço que os “moderados”, como ele, pagavam pela “incompreensão dos exaltados”⁴³.

Daí em diante, entretanto, Arinos pareceu “aprender” com seus críticos. Ao longo de 1953, o regente da “banda de música” subiu muitas vezes à tribuna e abordou os principais assuntos do momento pela ótica da oposição. Criticou a política econômica, denunciou corrupção e, sobretudo, atacou o governo sempre que pôde. Paralelamente, ocorrências que conturbavam o ambiente interno udenista se sucediam. A primeira do ano envolveu “desacertos administrativos”. Discutia-se um projeto de lei que criaria, no Itamarati, cargos ministeriais para assuntos econômicos, sendo ocupados por conselheiros comerciais da pasta. Além disso, previa-se a inclusão de outros nomes, indicados diretamente pelo presidente da República. Como no episódio do Acordo Militar, mais uma vez João Neves pediu a ajuda do líder da minoria. Mas agora queria o veto da questão. A própria família Vargas tinha interesse no projeto, entretanto o presidente não quis marcar posição, o que fechou as portas para o ministro nos meios governistas. Por isso recorreu à oposição. Arinos abraçou novamente a causa do chanceler e foi ao gabinete de um amigo que tinham em comum, Nereu Ramos. O presidente da Câmara ajudaria regimentalmente. “Como era natural, e atendendo ao desejo de Neves, nada revelei sobre a nossa conversa, nem mesmo aos meus companheiros de partido”, confessa Afonso Arinos.⁴⁴ Na discussão do assunto no plenário, tentou obstruir o projeto alegando inconstitucionalidade. Em determinado momento, Osvaldo Orico provocou o líder da oposição. Segundo o pessedista, Arinos era cotado para assumir o Itamarati. Constrangido, o udenista rechaçou a possibilidade elencando duas razões: a proximidade que tinha com o então ministro e sua colocação, na UDN,

⁴² *Tribuna da Imprensa*, 10/10/52, p. 1-2; 11-12/10/52, p. 3.

⁴³ ARINOS. *A Escalada*, p. 213-214.

⁴⁴ ARINOS. *A Escalada*, p. 246-247.

entre os que não colaborariam com o governo.⁴⁵ Seus esforços, entretanto, foram em vão. Nas sessões posteriores a maioria venceu. Importantes nomes da UDN se dividiram. Alguns deles, por conta de um lobby feminino⁴⁶ Arinos sustenta que Bilac Pinto e Aliomar Baleeiro – dois dos antigetulistas mais radicais –, por exemplo, votaram a favor a pedido da deputada Ivete Vargas (PTB), “estimada na bancada”⁴⁷.

Poucos dias depois, Afonso Arinos renunciou da liderança da UDN. Expresso em carta enviada para o vice-líder Ernani Sátiro, o pedido estava ligado à querela da escolha do novo presidente do partido, a ser realizada na convenção nacional. Também em Minas Gerais havia a divisão entre “colaboracionistas” e “oposicionistas”. Por uma espécie de “compromisso moral”, Arinos, contrário à candidatura de Gabriel Passos, desejava evitar mais dissidências na seção regional. Como o contrerrâneo retirou seu nome da disputa, o líder, “tanto para dar uma demonstração de firmeza de princípios, como para impedir que os amigos mais extremados do Sr. Gabriel Passos lhe viessem pedir o cumprimento da promessa”, entregou o cargo. A bancada, porém, recusou a solicitação por unanimidade.⁴⁸

A última ofensiva frente a Getúlio

“Tudo era lenha na fogueira verbal oposicionista”, admite o então líder da UDN. Incomodado com a “manobra política obscura e ameaçadora” de Vargas, Arinos se sentiu compelido a acentuar sua postura de opositor. Cumpriria o dever “sem tergiversar”. Sua primeira medida, ainda no segundo semestre de 1953, foi elaborar um projeto de reforma eleitoral. Este previa que legendas se aliariam com transferência de votação em eleições majoritárias, inclusive na presidencial. A intenção era fortalecer os partidos, mantendo-os coesos e evitando a “formação de grupos ou alas dispostos a aderir a um presidente no qual não haviam votado”. O texto também permitiria a aproximação prévia de correntes partidárias ideologicamente semelhantes, viabilizando a formação de um bloco dominante exatamente após cada pleito. Dessa forma, a seu ver, o Executivo não subjugaria o Congresso, bem como não haveria cambalachos entre o presidente e os congressistas para a conquista de maioria parlamentar. Além disso, segundo o autor, a proposta também era uma maneira indireta de se chegar à tão propalada

⁴⁵ *Anais da Câmara dos Deputados*, 02/02/53, p. 105.

⁴⁶ ARINOS. *A Escalada*, p. 247.

⁴⁷ Ainda na tribuna, em resposta a um aparte de Gustavo Capanema, insinuou a respeito da interferência da sobrinha do presidente na votação do projeto: “(...) as admoestações discretas de outros palácios, que não o Itamarati, e que terão, possivelmente, chegado ao recinto deste nosso palácio por intermédio das mais graciosas, das mais gentis e das mais irresistíveis influências... (Riso)” *Anais da Câmara dos Deputados*, 02/02/53, p. 106.

⁴⁸ *Correio da Manhã*, 07/04/53; 09/04/53, capa. O curto, mas curioso episódio não consta em suas memórias.

maioria absoluta, que seu partido considerava preceito constitucional. Tratava-se, evidentemente, de uma tacada direcionada para dois alvos. Arinos queria acertar, ao mesmo tempo, os “chapas-brancas” e o próprio governo, reduzindo-lhes as possibilidades de sucesso nas eleições seguintes. Mas a iniciativa, talvez por excesso de ambição, não prosperou. Sempre alerta, o PSD rejeitou obstinadamente o projeto, que foi derrubado ainda na CCJ, “sob a improcedente alegação de inconstitucionalidade”, lamenta o autor.⁴⁹

Uma questão que dividiu o Brasil à época, e também os udenistas, foi a do petróleo. Debatido desde o governo Dutra (1946-1950), o assunto voltou à pauta com ênfase a partir de dezembro de 1951. Vargas enviou ao Congresso um projeto de regulamentação. Previa-se a abertura do mercado e a criação da Petróleo Brasileiro S. A., empresa de economia mista controlada pela União. A medida, portanto, era nacionalista e estatizante, mas não determinava o monopólio estatal da exploração do petróleo. Em meados de 1952, durante a tramitação na Câmara, a UDN, por meio de Bilac Pinto, manifestou sua posição oficial. Inesperadamente, o partido defendeu um monopólio e sugeriu a criação de uma estatal para atuar no setor. Muitos acreditaram se tratar de apenas implicância de oposicionistas. O entendimento, porém, foi mantido. Internamente, nomes como Raimundo Padilha e Carlos Lacerda, por um lado, contestavam a orientação, atribuindo-a a influência “comunista” proveniente da campanha “o petróleo é nosso”. Os bacharéis, por outro lado, defenderam o monopólio, apesar do evidente descompasso em relação ao programa liberal do partido.⁵⁰

Após meses de discussões em que recebeu uma série de emendas nas duas casas, o projeto, por fim, é sancionado. A lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, determinava o monopólio e criava a Petrobrás, cuja presidência foi entregue ao udenista Juraci Magalhães. Assim, “o apoio decisivo da UDN para a instituição do monopólio estatal revela, de forma exemplar, as ambiguidades e contradições no apregoado liberalismo do partido”⁵¹. As impressões de Afonso Arinos seguem o mesmo sentido. Embora não discorra sobre a querela em suas memórias, o político admitiu, anos depois, que não tinha muito conhecimento do assunto. Mesmo assim, segundo ele, os bacharéis confiavam que o Estado teria mais força que a iniciativa privada na pesquisa petrolífera. Quando perguntado se integrava uma suposta corrente estatizante

⁴⁹ ARINOS. *A Escalada*, p. 256.

⁵⁰ DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1986, p. 112-117.

⁵¹ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 200.

ou nacionalista no partido, sua resposta esclarece qual era, a seu ver, a principal clivagem da agremiação no momento e por que o seu grupo tinha vantagens:

Fazíamos aquilo por patriotismo. Os líderes mais importantes da UDN eram homens do Estado. Naturalmente, no partido havia grandes usineiros de açúcar, havia banqueiros paulistas, grandes proprietários, mas esses homens não sabiam falar [...] Quem falava pelo partido eram os advogados, os professores, os jornalistas, os escritores, esses é que sabiam falar. E, em geral, eram homens do Estado, como sempre fui, durante toda a minha vida.⁵²

Entre fins de 1953 e o primeiro semestre do ano seguinte, Arinos se envolveu em duas situações que desgastaram sua liderança no partido. Primeiro, aceitou participar de um evento em Caracas representando o governo, o que irritou vários setores, especialmente os lacerdistas. Na sequência, apresentou um pedido de impedimento do presidente sem bases jurídica e política, resultando numa derrota desmoralizante em plenário.

Arinos estava em Belo Horizonte, fazendo campanha, quando soube do atentado contra Carlos Lacerda. Este teve ferimentos leves, mas um dos jovens oficiais da FAB que o protegiam foi morto.⁵³ Em 8 de agosto, deputados udenistas pediram o comparecimento do seu líder à sessão do dia seguinte na Câmara. Na tribuna, o bacharel responsabilizou o governo pelo assassinato, induziu os militares a agirem e pediu, depois de um aparte de Aliomar Baleeiro, a saída de Vargas para que o inquérito prosseguisse. O colega, que não desejaria apurar o fato, mas, segundo o próprio Arinos, obter uma vitória política, cobrava o “afastamento imediato” do presidente. A oposição, com esses discursos, entrava “de chofre no problema”⁵⁴. Mesmo com a lembrança ainda “a doer” na memória por conta dos recentes ataques que sofreu no episódio da capital venezuelana, também falou sobre sua relação com o alvo do atentado, enaltecendo suas “qualidades”:

Carlos Lacerda é um homem de quem muitas vezes me afastei; é um homem de quem divergi, de quem divergirei ainda, provavelmente, visto que nossos temperamentos raramente se coadunam. É uma paixão desencadeada, é um tumulto desoprimido pelo talento; é, muitas vezes, uma imprudência militante. Nunca, porém, censurei eu, nem me levantaria, contra os que, no legítimo exercício do revide às injustiças de que acaso tenham sido vítimas, num esforço

⁵² CAMARGO, Aspásia et al. (Orgs.). *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos*. Brasília: Senado Federal/CPDOC-FGV/ Dom Quixote, 1983, p. 145-146.

⁵³ Para mais detalhes sobre “o crime da Rua Toneleros” ver: DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda. A vida de um lutador*. vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 173-179.

⁵⁴ ARINOS. *A Escalada*, p. 317-320.

autêntico e direto, pudessem procurar medir-se com o bravo e indomável jornalista.⁵⁵

Devido à enorme repercussão do assassinato, as atenções voltaram-se imediatamente para a busca dos culpados. As suspeitas, naturalmente, recaíram sobre o governo e Vargas perdia rapidamente sua autoridade. Os principais chefes militares, enlutados pela perda de um colega, entraram de vez no embate político ao lado dos antigetulistas. Um dos poucos defensores do presidente que restaram entre o oficialato era o Gal. Zenóbio da Costa, ministro da Guerra, que rechaçou o encaminhamento de seus pares solicitando a renúncia de Vargas. A Aeronáutica, chefiada por Eduardo Gomes, também decidiu investigar o crime. Descobriu-se logo que o pistoleiro fora contratado pelo chefe da guarda presidencial, e que este tinha relações muito próximas com diversos outros criminosos. Além disso, vários casos de corrupção envolvendo pessoas ligadas a Getúlio vieram à tona. O Catete, então, ficou ainda mais encurralado. Diante da pressão cada dia maior sobre seu mandato, Vargas se defendeu. Em 12 de agosto, refutou a possibilidade de saída do cargo, garantiu as eleições de outubro e pediu a confiança das Forças Armadas. Na mesma ocasião, o presidente ainda desdenhou das críticas dos opositores.⁵⁶

No dia seguinte, véspera de convenção da UDN, o líder do partido na Câmara voltou à carga. À guisa de resposta ao pronunciamento de Vargas, Arinos fez um dos discursos mais famosos de sua carreira. Tal como os antigetulistas mais radicais de seu partido, exigiu, com absoluta virulência, a saída do presidente. Não deixou, porém, as justificativas formalistas de lado. Seria, a seu ver, a “solução jurídica” para crise, pois evitaria “subversão, anarquia e golpe”. Como estratégia retórica, negava constantemente tratar-se de um apelo da oposição. Direcionando suas palavras todo o tempo para o presidente, bradava que ele não tinha mais autoridade nem boa reputação, que seu governo estava repleto de criminosos, que tudo aquilo era, enfim, um “estuário de lama e um estuário de sangue...”⁵⁷. Ao descer da tribuna, não teve noção do impacto do que havia dito. Porém os colegas o cumprimentavam afirmando que o discurso derrubaria o governo. Mensagens elogiosas de simpatizantes udenistas, civis e militares, também chegavam de vários locais do Brasil.⁵⁸ Arinos relata ter percebido, então, que a marcha dos acontecimentos

⁵⁵ *Anais da Câmara dos Deputados*, 09/08/54, p. 243.

⁵⁶ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 174-175.

⁵⁷ *Anais da Câmara dos Deputados*, 13/08/54, p. 557-562.

⁵⁸ Comentando, tempos depois, a grande repercussão de suas declarações naquela conjuntura, o sereno Arinos nega que tenha sido uma resposta aos radicais da UDN e credita a violência a uma espécie de desequilíbrio momentâneo e/ou manifestação sobrenatural: “falei mais do que queria, não me contive. Foi a primeira vez que perdi inteiramente o controle sobre o discurso. Eu não podia me controlar, a ponto de ouvir minha voz como se fosse outra pessoa. Tive uma espécie de histeria. Foi uma coisa incrível”. CAMARGO. *O intelectual e o político*, p. 150-151.

seria irreversível: “não havia mais como recuar”. A convenção do partido, em que participou como orador final e, posteriormente, num comício, só reforçou a sensação. Na capital mineira, sede do evento, havia, para ele, “a mesma febre que se observava no Rio”⁵⁹.

A ampla maioria da imprensa continuava sua campanha contra o governo. Sua atuação era fundamental para estabelecer consenso acerca da necessidade de interrupção do mandato de Vargas. Para isso, ventilavam-se cada dia mais razões de cunho político e moral. Os veículos de comunicação, sobretudo os jornais cariocas, também intermediavam as ideias das elites, voltando-se especialmente para os diversos setores das Forças Armadas.⁶⁰ E os oficiais antigetulistas de fato articulavam uma intervenção. Antes, porém, fizeram uma tentativa “diplomática”. Liderado por Eduardo Gomes, um grupo da Aeronáutica apresentou, no dia 22, um manifesto exigindo a renúncia. Getúlio, que já havia recusado um pedido de Café Filho, seu vice, no dia anterior, para que o fizessem juntos, afirmou que só sairia morto do Catete. Em 23 de agosto foi a vez do Exército. Como em 1945, a maior parte dos generais deu um ultimato a Vargas. Seu ministro da Guerra não teve como resistir. Caía o último arrimo do presidente.⁶¹

“Confesso que tive pena de Getúlio”, diz Afonso Arinos. O dever do líder da minoria, segundo o próprio, era colaborar, naquela conjuntura de radicalização, para o alcance de uma solução legal. Entretanto, não foi assim que procedeu. Ele, em suas memórias, não fornece muitos detalhes de seus movimentos durante as circunstâncias decisivas daquele agosto de 1954.⁶² Mas deixa indícios. Relatando um diálogo que manteve com o deputado Amaral Peixoto, pró-governo, em que o interlocutor aventava a possibilidade de uma reforma para ao menos apaziguar a situação, o moderado Arinos se mostrou irredutível. Para ele, o problema havia transcendido a esfera política. Escapava do controle dos partidos e de qualquer outro meio civil. Seria uma questão militar.⁶³ Estava tão certo disso que procurou o Gal. Juarez Távora, da Escola Superior de Guerra. Na companhia de Júlio de Mesquita Filho, dono do jornal *Estado de São Paulo*, sondou-o acerca da hipótese de as Forças Armadas “solucionarem” o impasse.⁶⁴ Indagado, tempos depois, sobre isso, Arinos nega ter participado de qualquer conspiração com militares

⁵⁹ ARINOS. *A Escalada*, p. 333-335.

⁶⁰ LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ABREU; Alzira Alves de. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Pontecio, 2011, p. 46.

⁶¹ SKIDMORE. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*, p. 175-177.

⁶² Suas lembranças não eram precisas: “a recordação que guardo dos sucessos daqueles últimos dias do governo Vargas é confusa. Nem me interessa, aqui, ordená-los, concatená-los rigorosamente em exata exposição”. ARINOS. *A Escalada*, p. 337.

⁶³ ARINOS. *A Escalada*, p. 338-339.

⁶⁴ TÁVORA, Juarez. *Memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974, p. 293. *Apud*. BENEVIDES. *A UDN e o udenismo*, p. 88.

durante sua carreira. Frente ao relato do próprio Távora, procura não se contradizer apelando novamente para a memória: “não me lembro, mas é capaz de ser verdade”⁶⁵.

Na véspera da morte de Vargas o dia foi tranquilo na Câmara. Já era sabido dos udenistas que tropas ocupariam o Rio de Janeiro. À noite, em reunião na casa de Afonso Arinos com a presença de vários dos bacharéis do partido, Bilac Pinto informou-lhe a respeito. O anfitrião foi ao encontro de Café Filho, àquela altura já rompido com o presidente, junto a Artur Santos: “eu, líder da oposição, e ele, presidente da UDN, não devíamos ficar isolados dos acontecimentos”. Conversaram sobre o andamento da situação. Enquanto saíam, alguém chegava efusivamente. Era Carlos Lacerda, cercado de fãs, para fazer o que seriam seus últimos insultos a Getúlio vivo. Dizia que o presidente apodreceria no Galeão. “Neste mesmo Galeão, onde ele, Carlos, é que ia se refugiar, poucas horas depois, ainda no estrondo nacional da bala que matou Getúlio”, ironiza Arinos. Quando soube do suicídio do presidente, o líder da UDN percebeu que estaria em maus lençóis. Não queria se tornar um “réprobo”. De imediato, teve de encarar os olhares de reprovação nas ruas que davam acesso ao Palácio Tiradentes.⁶⁶

Um sentimento de dor e indignação tomou conta das principais cidades do país. Na capital federal, grupos marchavam pelas avenidas centrais munidos de armas improvisadas. A fúria deles se voltou para os símbolos da oposição. Os mais visados, evidentemente, foram os da UDN. Carlos Lacerda buscou proteção às pressas na embaixada dos EUA. Contudo a instituição foi atacada e o jornalista teve que seguir escoltado para um navio da Marinha. A espontânea reação popular à dramática morte de Getúlio fez os golpistas recuarem. Fracassava, portanto, o intuito de ampliar a crise quer induzindo-o a renunciar, quer apoiando uma intervenção das Forças Armadas. Surpreendidos e temerosos, os políticos opositores perderam autoridade e credibilidade. A situação, para eles, demandava cautela.⁶⁷

Na sessão fúnebre na Câmara, com o prédio guardado por marinheiros, o líder da oposição insistiu em se pronunciar: “afirmei que falaria, que não me poderia ser negado este direito, nem ao nosso partido. Mesmo que a UDN preferisse não falar eu falaria. Que me destituíssem, depois, da liderança”.⁶⁸ Apesar das resistências dentro e, principalmente, fora da agremiação, subiu à tribuna e proferiu o curto discurso que escreveu. Disse palavras de conforto

⁶⁵ CAMARGO. *O intelectual e o político*, p. 144.

⁶⁶ ARINOS, Afonso, 1965, p. 343-345.

⁶⁷ FERREIRA, Jorge. O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011, p. 61-96.

⁶⁸ ARINOS. *A Escalada*, p. 346.

ao povo brasileiro, defendeu a “ordem” e a união e negou que sua atuação fosse pautada por ódios e paixões.⁶⁹ Ao fim da sessão, seguiu para o Ministério da Aeronáutica, onde encontrou o Brigadeiro Eduardo Gomes com a mesma preocupação: manter a “ordem” para que o defunto seguisse para São Borja. Quando chegou em casa, encontrou-a cercada por soldados do Forte de Copacabana. Ainda conviveu com “telefonemas ameaçadores” durante alguns dias até que a “ordem” fosse restabelecida.⁷⁰

Considerações finais

Afonso Arinos não teve vida fácil na liderança da UDN. Já no caminho para o posto mais alto do partido na Câmara teve de enfrentar os “chapas-brancas”. As negociações evoluíram e os bacharéis, afinal, fizeram valer sua superioridade. Um representante da ala se tornou líder. E o teste inicial foi o Acordo Militar. Açodado, ao mesmo tempo, por Eduardo Gomes e pelo chanceler João Neves, Arinos ignorou a sensatez advogando em prol da questão, contra tudo e todos, até o fim. Mesmo ao lado da maioria, passou por cima, inclusive, dos sólidos argumentos dos colegas contrários. Prevaleceu, além de sua vontade, o ímpeto de se afirmar frente ao “guru” do partido e, de quebra, atender ao pedido de um amigo. Apesar das dificuldades, o bacharel também mostrou recursos. Em momentos de dificuldade chegou a entregar o cargo (talvez pela certeza de que a maioria dos colegas não aceitaria) e, na sequência, sentiu-se mais confiante. Assim, tentou, ainda que sem sucesso, dificultar as manobras dos “chapas-brancas”.

Percebe-se, ao longo de sua narrativa memorialística, que o autor, embora com recalques, digressões, eufemismos ou mesmo queixas, reconstitui as tensas relações que teve com sua bancada a partir de algumas dualidades a fim de explicar ou tornar mais palatáveis suas atitudes. Lembrou, por exemplo, a diferença entre bacharelismo e jurisdicismo. Este, que não se adapta à política partidária, é, para ele, “uma espécie de abstração científica, um certo gênero de clericalismo”, ou seja, quando se formula mas não se executa o direito. O bacharelismo – do qual Arinos se julga representante e considera Rui Barbosa seu maior expoente –, ao contrário, caracteriza-se pela “técnica jurídica aplicada especialmente à realidade política”. Por isso, são homens “mais da lei que direito”, daí uma das razões para serem tachados de conservadores. Conservadorismo que Arinos assume em relação a sua conduta, ressalvando, porém, que estava distante de ser reacionário.⁷¹

⁶⁹ *Anais da Câmara dos Deputados*, 24/08/54, p. 397.

⁷⁰ ARINOS. *A Escalada*, p. 348.

⁷¹ ARINOS. *A Escalada*, p. 48-49.

Identificações à parte, viu-se que, no momento em que a agremiação assumiu uma conduta de oposição sistemática, um grupo radical emergia. Antes marginalizados, Lacerda e seus seguidores começaram a protagonizar as ações udenistas. Nesse sentido, a partir do “crime da Rua Toneleros”, Arinos assumiu a postura dos radicais. Legalidade às favas, atizou a crise até as últimas consequências. Promoveu, junto a muitos entusiastas do seu partido, civis e militares, uma verdadeira balbúrdia institucional. Só recuou quando uma tragédia evitou outra. Voltou, então, convenientemente, a clamar por “ordem”, a ser um representante da “ordem”, expressão cara às teorizações do próprio Arinos, que a considerava parte de uma dialética. “Ordem *versus* movimento” exprimia, a seu ver, o jogo das vertentes políticas daquele momento histórico. “Um conjunto de valores tradicionais de apego à liberdade liberal e à racionalidade jurídica” e o “desejo pela igualdade e pela justiça social”, respectivamente.⁷² Seja como for, certo é que um ciclo acabava, mas um símbolo da política brasileira permanecia.

⁷² LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A Política Domesticada: Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 28.